



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 446 DE

MPV - 446

00172

### EMENDA MODIFICATIVA

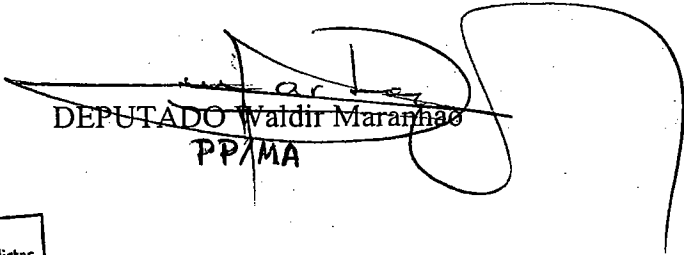
Alterar o caput do art. 32, passando a ter a seguinte redação:

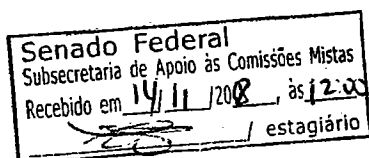
Art. 32. Da decisão que indeferir o requerimento para concessão ou renovação de certificação e da decisão que cancelar a certificação caberá recurso por parte da entidade interessada, que terá efeito suspensivo, na forma definida em regulamento, no prazo de trinta dias contados da publicação da decisão.

### JUSTIFICAÇÃO


Há necessidade de dar ao recurso efeito suspensivo para, permitindo assim que o Ministério responsável tenha interesse de julgar o processo com maior rapidez. Por outro lado, não haverá nenhum prejuízo ao Poder Público, e ao mesmo tempo não criaria uma insegurança jurídica para entidade beneficente de assistência social.

Sala da Comissão, em ..... de .....

  
DEPUTADO Waldir Maranhão  
PP/MA



CONFERE COM O ORIGINAL

  
Cláudia Lyra Nascimento  
Secretária-Geral da Mesa

